



CNTU faz encontro nacional e defende soberania, democracia e cidadania

Beatriz Arruda



Evento promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados colocou em debate estratégias para superar os efeitos de retrocessos em curso no País, como a reforma trabalhista e o desmonte da economia nacional. Atividade aconteceu em São Paulo, em 1º de dezembro. *Páginas 4 e 5*

Entrevista

Valorização da engenharia é o desafio de 2018, aponta Sinaenco

Página 7

Justiça

Após 30 anos de luta, amianto é proibido no Brasil pelo STF

Página 4

Lutar por mudanças

Nesta primeira edição de 2018, **Engenheiro** traz a fundamental discussão promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), cujo tema foi soberania, democracia e cidadania. O evento, que contou com o diplomata Celso Amorim e o jurista Pedro Serrano, abordou a situação política e econômica do País e as iniciativas necessárias para que haja retomada do desenvolvimento e garantia de direitos sociais.

Em entrevista, o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), Carlos Roberto Mingione, fala sobre as dificuldades enfrentadas pelo setor ao longo de 2017 e a necessidade de assegurar a valorização da engenharia nacional.

A ótima notícia fica por conta do banimento do amianto no Brasil, finalmente assegurado por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Para a engenheira Fernanda Giannasi, que há 30 anos luta pela proibição da fibra responsável por sofrimento e morte de milhares de trabalhadores, o desfecho do embate foi uma “vitória incontestável num momento político de imenso retrocesso”.

Boa leitura e um feliz ano-novo.

Profissional é essencial ao desenvolvimento e precisa ser reconhecido

Comemorar o papel do engenheiro

Jean Saliba

FOI COMO NUM passe de mágica, o Brasil vivia um boom econômico e, de repente, entramos em profunda recessão. Todos ainda se recordam, há poucos anos vivemos um dos melhores momentos desenvolvimentistas, com baixa taxa de desemprego, abertura de novos postos de trabalho e importantes investimentos públicos em obras de infraestrutura.

Os cursos de engenharia voltaram a ser procurados com maior intensidade, o salário do profissional melhorou sobremaneira. Enfim, era a reconquista do valor e do justo espaço que nos cabe no desenvolvimento do Brasil. Infelizmente, essa explosão em pouco tempo deu lugar a uma derrocada. Em seis anos, ocorreu uma queda vertiginosa do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que passou de 7,5% para -3,6% ao ano, o pior já registrado no País.

As dificuldades econômicas são acompanhadas de uma crise política, ética e moral. As grandes cifras investidas em empresas e setores estratégicos, como a Petrobras, registravam altas porcentagens de desvios de verbas públicas utilizadas em campanhas eleitorais e em benefício próprio.

A retomada do crescimento econômico passa necessariamente pelo nosso protagonismo e capacidade de trabalho.

Foi nesse contexto que grandes empresas, juntamente com parlamentares e lobistas, tornaram-se protagonistas de um escândalo sem fim, manchando a reputação e a dignidade de profissionais que, em sua grande maioria, buscam a todo custo trabalhar de maneira ética pelo desenvolvimento do País. A engenharia

é a mola propulsora do desenvolvimento, da inovação e da tecnologia, mas lamentavelmente vem pagando uma conta que não é sua.

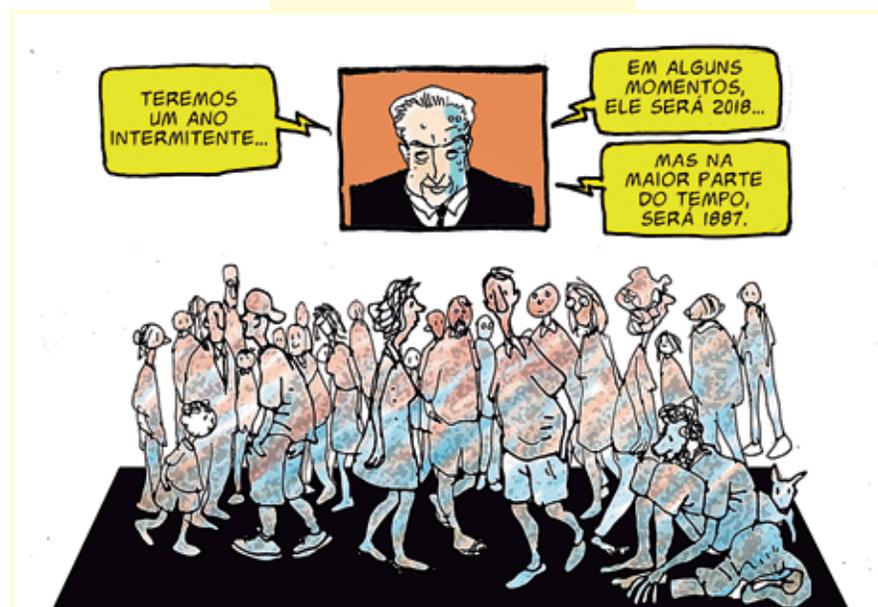
O engenheiro, aquele cuja renda é fruto do seu trabalho, que luta arduamente e se orgulha de exibir seu diploma na sala do escritório é, muitas vezes, mais uma peça no tabuleiro das bravatas e negociatas. Sua movimentação, ou melhor, seu suor, sustenta luxos e afaga egos dos corruptores.

Em meio a esse cenário de dificuldades também são afetadas as pequenas empresas, aquelas que tentam sobreviver apesar da legislação, obsoleta e viciada, que privilegia as maiores em processos licitatórios, sem permitir a justa concorrência.

Contudo, aos poucos, vamos separando o joio do trigo. A retomada do desenvolvimento passa necessariamente pelo protagonismo dos nossos profissionais e sua capacidade de trabalho. Não podemos deixar que nossa motivação seja tomada pelo sentimento de impotência. Somos os profissionais cuja competência está estampada nas grandes obras de infraestrutura; nos transportes; no saneamento; no meio ambiente; nas comunicações; na energia em todas as suas formas; nos equipamentos e maquinários; nas escolas que educam nossos pequenos; nos sofisticados equipamentos hospitalares; e nas produções científicas. Ou seja, não pode haver vida sem a presença da engenharia! Parabéns engenheiros!

Jean Saliba é presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Mato Grosso do Sul (Senge-MS)

MARINGONI



ENGENHEIRO – Publicação da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Antonio Florentino de Souza Filho, Luiz Benedito de Lima Neto, José Luiz Bortoli de Azambuja, Flávio José Albergaria de Oliveira Brizida, Thereza Neumann Santos de Freitas, Maria Odinéa M. Santos Ribeiro, Modesto F. dos Santos Filho, Clarice M. de Aquino Soraggi, Gerson Tertuliano, Edson Kiyoshi Shimabukuro, Sebastião A. da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, Francisco Wolney Costa da Silva, José Ailton Ferreira Pacheco, Tadeu Ubirajara Moreira Rodriguez, Maria de Fátima Ribeiro Cô, Antônio Ciro Bovo, José Carlos Ferreira Rauen, Lincoln Silva Américo, Celso Atienza, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misleh. **Diagramadores:** Eiel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 - CEP 70392-901 - Brasília - DF - **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** Janeiro de 2018. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.

Decisão do STF erradica mineral que mata mais de 100 mil pessoas ao ano no mundo

País está livre do amianto

Rosângela Ribeiro Gil

Há 32 anos na luta pela proibição da fibra cancerígena que, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), mata 107 mil pessoas ao ano em todo o mundo, a engenheira Fernanda Giannasi, enfim, pode comemorar: “O amianto está banido no Brasil.” Decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 29 de novembro último, proibiu definitivamente em todo o território nacional a produção, comercialização e uso do amianto do tipo crisotila, material usado na fabricação de telhas e caixas d’água. “É um marco histórico”, exaltou Giannasi.

Ao longo dessas três décadas, conforme ela, houve uma construção social que buscou aliados, organizou as vítimas e os seus familiares em entidades, como a Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (Abrea) ou junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT), que mantém, desde 2012, o Programa Nacional de Banimento do Amianto. Por isso, ela faz questão de ressaltar que foi uma “vitória incontestável num momento político de imenso retrocesso”. “É um farol no oceano ou uma luz no meio de um mar de lamas.”

“A morte pela contaminação do amianto é dolorosa, é desumana”, enfatiza Giannasi, ex-auditora do Ministério do Trabalho, que assistiu de perto o sofrimento das vítimas, cujo número exato é desconhecido. “Temos uma invisibilidade social, uma subnotificação, inclusive intencional, porque as empresas estabeleceram acordos extrajudiciais para que isso não gerasse estatísticas, para que elas não incriminassem os seus produtos”, relata ela. Mesmo assim, entre 1980 e 2010, de acordo com informações do Sistema Único de Saúde (SUS), foram identificados mais de 3.700 óbitos por mesotelioma no Brasil. “Esse tipo de câncer traz a impressão digital do amianto, pois somente pode ser provocado pela fibra”, informa o procurador do Trabalho Luciano Leivas, que ingressou com uma das primeiras ações no País contra empresas do ramo. A doença atinge a pleura, membrana



Agraciada em 2012 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), Giannasi exalta decisão do STF, mas adianta que existe muito trabalho pela frente.

que reveste o pulmão; o peritônio, que reveste o abdômen; e o pericárdio, que reveste o coração.

Além disso, lembra Giannasi, o amianto causa câncer em órgãos como laringe, ovário e no aparelho digestivo. Há ainda a asbestose, fibrose que faz com que o pulmão perca a elasticidade progressivamente e leva ao óbito por asfixia. “Temos essas duas situações: aquela da morte que tem a progressão da incapacidade, irreversivelmente, e o câncer que leva muito tempo para se manifestar, mas quando é diagnosticado, a sobrevida não passa de um ano e aí é de um sofrimento atroz, porque não existe nenhum tratamento, nem medidas paliativas aplacam a dor de um câncer de pleura”, relata a engenheira.

Uso disseminado

Segundo dados da OMS, atualmente a produção com amianto é proibida em mais de 60 países. O primeiro a banir o uso do asbesto foi a Finlândia, em 1982, seguido pela Itália, em 1992, e pelo restante da União Europeia em 1999. “Entre os países desenvolvidos, o que mantém a utilização dessa fibra são os Estados Unidos”, informa Giannasi.

No Brasil, o mineral é usado em diversos setores produtivos, mas basicamente na construção civil, tendo à frente os es-

tados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Minas Gerais e Bahia, mas está em todo o País. “Diria que 95% do uso do amianto, em território nacional, se deu em telhas, mas também em divisórias, pisos falsos, placas lisas para porta corta-fogo. Encontrei até em caixa de descarga, bebedouros para pássaros, tanques de lavar roupa e em escorregadores de parques infantis”, relaciona Giannasi. A maciça aplicação do material, que já foi considerado o “mineral mágico”, deve-se ao baixo custo e à versatilidade. Todavia, explica a engenheira, as descobertas e os estudos epidemiológicos mostraram o adoecimento de trabalhadores e familiares – pelo contato com os uniformes sujos –, daí o amianto ganhou o título de fibra assassina e o Senado francês classificou-o como a “catástrofe sanitária do século XX”.

Urgência pública

Giannasi explana que o mineral é um risco além das portas das fábricas, porque é um aerodispersóide, ou seja, leve e que se dispersa. “Por isso, temos casos de familiares de trabalhadores, de moradores do entorno dessas empresas e até de consumidores contaminados. Portanto, é um problema de saúde pública. É uma

urgência sanitária. Estamos falando de uma catástrofe.”

O desafio agora, segundo a especialista, é exigir que o governo federal e os ministérios do Trabalho e da Saúde tenham vigilância permanente e formulem um programa na área de saúde para atender aos contaminados. “Digo que, por baixo, o SUS tem 1 milhão de pessoas que foram expostas e devem ser acompanhadas por até, no mínimo, 30 anos, para se diagnosticar qualquer tipo de doença relacionada ao amianto”, adverte. Ela prossegue: “Temos também o desafio da ‘desamiantização’ com normas rígidas, como as dos países da Europa. Tudo precisa ser pensando de forma rigorosa, até porque não temos local para armazenar tanto lixo. É uma verdadeira operação de guerra”, classifica.

Material causa câncer na pleura e asbestose e provocou sofrimento extremo e morte de milhares de trabalhadores.

Nessa fase, Giannasi destaca o papel dos engenheiros, “até porque tivemos morte desses profissionais com mesotelioma”. “É fundamental que o Crea (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) fiscalize as atividades dos profissionais que porventura estejam desavisados sobre a questão e ainda prescrevam estruturas com esse material”, aponta. E completa: “A nossa categoria tem um papel fundamental na divulgação e nas escolas de engenharia para avançar nesses esclarecimentos.” A engenheira observa que são várias as alternativas ao cancerígeno amianto, como o polipropileno, a volastonita, as fibras aramidas e de vidro, o PVA e as telhas cerâmica, de plástico, metálica e de concreto. Ela defende: “O conhecimento e as tecnologias atuais não justificam a presença desse mineral entre nós.”

Durante 4º Encontro Nacional, entidade também e

CNTU faz chamado à luta por sol

Soraya Misleh*

Reverter quadro atual que inclui desigualdades, concentração de renda, impunidade, intolerância e combater retrocessos que ameaçam a soberania e a democracia no Brasil. Essas estão entre as premências apontadas durante o 4º Encontro Nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) para se levar o País a outro patamar de desenvolvimento no ano do Bicentenário da Independência – como propugna o projeto da entidade “Brasil 2022” (*leia Carta do 4º Encontro Nacional em <https://goo.gl/4zo1ua>*). A atividade ocorreu no dia 1º de dezembro último, na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), na capital paulista.

O então presidente em exercício do SEESP, João Carlos Gonçalves Bibbo, destacou à abertura a articulação formada pelos profissionais reunidos na CNTU – além de engenheiros, economistas, odontologistas, farmacêuticos e nutricionistas. “Tenho certeza que vamos fazer a diferença”, enfatizou. Também compuseram a mesa os diretores da confederação Allen Habert e José Carrijo Brom, este último também presidente da Federação

Interestadual dos Odontologistas (FIO), além dos vereadores paulistanos Gilberto Natalini (PV) e Eliseu Gabriel (PSB).

Inaugurando as palestras, o diplomata Celso Amorim provocou o público ao afirmar que para se chegar ao horizonte de 2022 é preciso “passar pelo horizonte de 2018, já que existem grandes incógnitas sobre o momento político do País, como as próximas eleições”. Ex-ministro da Defesa e das Relações Exteriores, ele discorreu sobre a democracia na era da globalização econômica, em que a população mundial está sob o domínio do capitalismo financeiro. Para ele, o conceito de democracia é inseparável da soberania de uma nação. “Vivenciamos uma absoluta ditadura de classe.” Amorim salientou: “Precisamos ter uma política externa independente para defender os nossos direitos e interesses.”

Os desafios para chegar a 2022

Nessa direção, Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho, diretor de Documentação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), ressaltou a dificuldade de debater soberania num mundo globalizado. “O capital financeiro influencia a composição de governos e

Fotos: Beatriz Arruda



Celso Amorim (ao microfone): “Precisamos ter uma política externa independente para defende

parlamentos em todo o mundo, além de controlar os principais organismos internacionais de regulação, os quais interferem e limitam fortemente a autonomia das nações. Na prática, retira dos governantes a definição do que é estratégico na economia, transferindo decisões para os agentes dos sistemas financeiros.” Na sua ótica, revisar o modelo atual é condição para que a independência, a soberania e autodeterminação dos povos prevaleçam frente ao mercado.

A economista e consultora em cidadania e participação para o desenvolvimento econômico e social, Esther Albuquerque, frisou que a desigualdade de conhecimento também fere o pacto social. Para ela, a soma de saberes é o que pode contribuir a um projeto de nação inclusivo. “A sociedade está excluída. Se isso não mudar, não teremos democracia”, apontou.

O vice-presidente da Frente Parlamentar Mista da Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP), destacou a responsabilidade de se cuidar bem da democracia frente às recentes propostas de mudanças no regime de exploração do pré-sal, dando fácil acesso a empresas estrangeiras. E afirmou: “Para uma democracia de alta intensidade é preciso contar com grande contribuição da engenharia, para transformar uma economia de matéria-prima em uma mais elaborada, sofisticada e com tecnologia.” Da mesma forma, o presidente do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, Pedro Celestino, criticou duramente a medida. Também esteve entre os palestrantes o advogado Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).



Engenheiros e demais profissionais das categorias representadas pela confederação prestigiam atividade e debatem temas cruciais ao País.

empossou novos conselheiros e premiou destaques

Soberania, democracia e cidadania



...r nossos direitos e interesses.”

Mais de mil no Conselho Consultivo

Como parte da programação do 4º Encontro, ocorreu a 12ª Plenária do Conselho Consultivo da CNTU, quando foram empossados 58 de seus novos membros. Agora são 1.316 integrantes do chamado “Conselho das 1.000 Cabeças”.

À abertura da plenária, o diretor de articulação nacional da CNTU, Allen Habert, saudou os novos conselheiros e destacou: “Temos o compromisso de trabalhar para melhorar o diálogo social para acertar mais e errar menos. A ideia é em 2022 ter 22 mil conselheiros. Vocês serão testemunhas partícipes disso. Cada um deve se considerar um modernista do século XXI e ajudar a empurrar os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.”

Conforme ele, diante de 15 milhões de profissionais liberais de nível universitário, “a CNTU é quase uma missão”. Para Habert, portanto, deve contribuir como

protagonista na sociedade do conhecimento e concluir a Independência “com democracia e desenvolvimentos fortes”. Ele concluiu: “A grande batalha contra as desigualdades e injustiças deve inspirar nossa CNTU, que trabalha com essas inteligências coletivas.” O diretor da entidade Wellington Moreira Mello frisou: “Tamanho qualidade revela a importância desse trabalho, ao trazer temas tão relevantes ao País. Temos que ter essa visão das 1.000 cabeças e também pensar seriamente em 2018. É bandeira da confederação defender eleições livres, democráticas e diretas.”

A plenária se iniciou com explanação sobre o portal Brasil 2022 pelo consultor Sérgio Storch. Segundo ele, a iniciativa que está em construção conectará temas que vêm sendo discutidos pela CNTU em seus encontros, trazendo a visão e o trabalho de seus conselheiros. “Vamos sair do paradigma presencial para o virtual, fecundando novas oportunidades.” Assim, “da infraestrutura ao direito à cultura e à geografia econômica, vamos levar inteligência às periferias e trazer de lá, num processo contínuo, vivo”.

Após a apresentação, conselheiros veteranos apresentaram os desafios e possi-

bilidades de atuação dos novos membros. Presidente da Frente Nacional pela Volta das Ferrovias (Ferrofrente), José Manoel Ferreira Gonçalves, por exemplo, salientou a importância de se debruçar sobre o tema da comunicação para contrapor informações distorcidas e hegemônicas. “Contra qualquer tipo de prática anticomercial e antinacionalista, a resposta não pode ser o silêncio. Quero pedir a vocês atitude crítica e independente. Para quebrar resistências, a CNTU tem um enorme papel.” Também saudou os membros recém-empossados o especialista em Direito Monetário, conselheiro Letacio Jansen. Na proposta de cada integrante contribuir com seu saber, ele explicou a importância de sua área de atuação, para o País garantir soberania monetária.

Representando à mesa os empossados, a delegada do Seesp no Metrô, engenheira Sílvia Cristina Silva conclamou: “Enquanto conselheiros, devemos fazer jus a algo que traga benefícios à sociedade e ao País. Não podemos deixar que nossas conquistas sejam aviltadas.” Na mesma linha, o professor Elias Rahal Neto, membro da Executiva da Federação Latino-americana de Trabalhadores da

Educação e da Cultura (Flatec), ressaltou: “Vamos fazer pontes com as demais entidades para nos integrar na busca de um renascimento das cinzas em relação ao sindicalismo, à sua renovação.” Ele também levantou o dado de que 83% dos brasileiros estudam em escola pública e que lamentavelmente sua qualidade está comprometida. “É tarefa de todos nós lhe devolver o que nos ofereceu no passado”, apontou, trazendo ainda a demanda por integração latino-americana.

Reverter quadro atual de desigualdades e combater retrocessos são premissas a um Brasil desenvolvido e justo no Bicentenário da Independência.

Ao final, foi entregue o prêmio Personalidade Profissional da CNTU a destaques nas áreas de atuação das entidades filiadas à confederação e na categoria Interesse público, este último a Celso Amorim. Os demais agraciados foram Zaida Maria de Albuquerque Melo Diniz (Nutrição), Jaime Aparecido Cury (Odontologia), Wanderlino Teixeira de Carvalho (Engenharia), Hermias Veloso da Silveira Filho (Farmácia) e Waldir Pereira Gomes (Economia), representado no ensejo pelo presidente do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo (Sindecon-SP), Pedro Afonso Gomes. Os representantes das entidades filiadas à CNTU encerraram o encontro, entre eles Carlos Bastos Abraham (FNE).

Confira cobertura completa em www.cntu.org.br

*Colaboraram Deborah Moreira, Rosângela Ribeiro Gil e Jéssica Silva



Maria Maruza Carlesso, diretora da CNTU (no púlpito), apresenta Carta do 4º Encontro Nacional, aprovada por unanimidade.

PI

TCE pede anulação da subconcessão da Agespisa

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Piauí enviou à ministra Carmem Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), pedido de anulação do contrato de subconcessão das Águas e Esgotos do Piauí (Agespisa), assinado em julho último pelo Governo do Estado com a Aegea. O advogado do TCE, José Pereira Liberato, protocolou pedido de suspensão de segurança informando a ministra sobre a decisão do Tribunal, cujo pleno votou pela anulação do contrato firmado

em 2017 por irregularidades no processo licitatório. Para o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Piauí (Senge-PI), Antonio Florentino Filho, a licitação sempre foi acometida de vícios e a decisão vem corroborar as denúncias feitas pela entidade. Agora ele espera decisão do STF para que o contrato seja anulado e o serviço retorne à Agespisa, “que tem capacidade de exercê-lo, mas não o faz por interesse do governo em privatizar o sistema de saneamento”.

PA

Continuam os ataques aos engenheiros do Basa

Nada mudou em relação à situação dos engenheiros do Banco da Amazônia (Basa). Seguem sem decisão a Ação Civil Pública sobre o piso salarial desses profissionais, os dissídios coletivos de 2016-2017 e 2017-2018 e as ações individuais de incorporação de função comissionada e de retomada dos benefícios perdidos. Os trabalhadores estão desde o dia 24 de outubro último em assembleia geral permanente e em estado de greve e ameaçam retomar a paralisação a qualquer momento. Se não há disposição por parte do banco para uma negociação séria, os engenheiros do Basa afirmam que permanecerão unidos e organi-



Sem avanços, engenheiros do Banco da Amazônia permanecerão unidos para resguardar seus direitos.

zados para resguardar seus direitos e seguirão lutando. Para o engenheiro do Banco da Amazônia e diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Pará (Senge-PA), Gilson Lima, “a vitória é uma possibilidade, assim como a derrota, mas sem luta, só existe a derrota”.

MA

Senge foi eleito membro do Conerh

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão (Senge-MA), através do presidente em exercício, Agenor Aguiar Teixeira Jaguar, foi escolhido para integrar o Conselho Estadual de Recursos Hídricos (Conerh) na eleição do dia 7 de dezembro último, na Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), em São Luís. Coordenada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e

Recursos Naturais (Sema), por meio das Comissões Eleitoral e Organizadora, o pleito visou preencher as vagas de conselheiros titulares e de suplentes dos segmentos usuários e sociedade civil organizada para compor Conerh, de 2017 a 2020. O secretário adjunto de Licenciamento Ambiental da Sema, Diego Lima, parabenizou os conselheiros eleitos e destacou importância do órgão.

SP

Comemoração no Dia do Engenheiro

No dia 11 de dezembro último, em solenidade pelo Dia do Engenheiro, o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp) fez a entrega da 31ª edição do prêmio Personalidade da Tecnologia. O evento aconteceu no auditório da entidade, em São Paulo. Os homenageados foram Francisco Claudio Pinto Pinho (categoria Cidades inteligentes e conectadas), Eduardo Bacellar Leal Ferreira (Desenvolvimento sustentável), Vanderli Fava de Oliveira (Educação), Himilcon de Castro Carvalho (Telecomunicações e TI), José Manoel Ferreira Gonçalves (Transporte) e Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho (Valorização profissional). À abertura, o coordenador do



Bibbo (no púlpito): “Nosso estado e País precisam de exemplos de pessoas como vocês.”

Conselho Tecnológico (CT) do Seesp, professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (Poli-USP) José Roberto Cardoso, destacou: “O prêmio tem uma longa trajetória. Pessoas que o receberam fazem parte da história deste país.” Em seguida, o secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, Arnaldo Jardim,

que é engenheiro, saudou a cerimônia: “É uma alegria estar aqui no Seesp no nosso dia. É um trabalho importante de criteriosa escolha para indicar pessoas que constituem referências para todos nós. Há algo que une a todos os homenageados (...)”. Ao encerrar, o então presidente em exercício do sindicato, João Carlos Gonçalves Bibbo, cumprimentou os engenheiros e os agraciados pela data. “Nosso estado e País precisam de exemplos de pessoas como vocês, que lutam e se dedicam para superar desafios, que se preocupam com tantas necessidades de todos nós, que têm papel fundamental ao crescimento e desenvolvimento aliados à sustentabilidade com justiça social.”

SC

Planejamento para 2018

Aconteceu no dia 9 de dezembro último Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Santa Catarina (Senge-SC), oportunidade em que foi aprovada a previsão orçamentária de 2018 da entidade, além do balanço das atividades do sindicato em 2017 e aprovado o planejamento para este ano. Também foi realizada reunião do Conselho Diretor do Senge. Preocupações em relação às repercussões da reforma trabalhista e previdenciária e ao financiamento da entidade fizeram parte da pauta, que incluiu discussão sobre a reorientação das atividades para um melhor atendimento à categoria no estado. “Foi um encontro que ampliou a reflexão sobre o nosso papel e nossas responsabilidades perante a nossa classe e a engenharia. Por isso, 2018 será um ano de muito trabalho e atividades para unir a classe”, avaliou o presidente Fábio Ritzmann.

RS

Sindicato apoia lançamento de manifesto

Foi lançado pelo Comitê Gaúcho do Projeto Brasil-Nação, no dia 12 de dezembro último, o “Manifesto em Defesa da Soberania e do Patrimônio Nacional” durante ato realizado no Teatro Dante Barone, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (ALRS). O diretor do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul (Senge-RS), Vinicius Galeazzi, representando a entidade durante o ato, participou do lançamento do manifesto (*confira em <https://goo.gl/srPsVV>*) assinado pelo sindicato e mais 53 organizações. Na ocasião, ele destacou a convicção da entidade no apoio ao Movimento em Defesa da Soberania e do Patrimônio Nacional. Além disso, questiona a “onda de decretos, projetos e medidas do governo federal que prejudicam a vida do cidadão, cassando direitos conquistados há mais de século,

congelando recursos para as necessidades básicas e que entregam, vergonhosamente, nossas riquezas naturais, territórios e tecnologias a potências estrangeiras”, afirma. Para Galeazzi, tais medidas são tomadas “em nome de um equilíbrio fiscal injustificado, questionado e duvidoso para saldar juros infundáveis de uma dívida pública, nunca auditada”. O ato teve palestra ministrada pelo geólogo Guilherme Estrella, ex-diretor de Exploração e Produção da Petrobras, considerado o “pai do pré-sal”.



Ato de lançamento na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

Presidente do Sinaenco destaca os desafios do setor para 2018 e aponta dificuldades

É preciso valorizar a engenharia

Jéssica Silva e Fábio Pereira

Dois mil e dezoito começa com a promessa de ser mais um ano de lutas. A perspectiva é de Carlos Roberto Mingione, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco). Ele se refere a leis e projetos governamentais em andamento que impactam diretamente a atividade da engenharia, como o Programa de Avaliação de Conformidade de Projetos de Engenharia e Obras de Infraestrutura, elaborado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro). A medida pode acarretar queda na qualidade dos serviços prestados, pois, segundo Mingione, afrouxa o controle de empresas que realizam certificações. O texto foi à consulta pública, mas, até o momento, ele conta que nenhuma alteração foi apresentada. “Teremos que trabalhar firmemente para que o resultado seja favorável à engenharia nacional”, afirma o dirigente do Sinaenco, entidade que representa cerca de 33 mil empresas em todo o País.

De modo geral, como foi o ano de 2017 para a engenharia?

Infelizmente os dois últimos anos foram muito difíceis. Tivemos uma retração no mercado, com a crise econômica que o País vem atravessando associada a problemas de ordem institucional política. Com isso, a engenharia está desprestigiada. No setor de engenharia consultiva temos um desgaste com processos de contratações públicas, feitas até por meio de leilões, que tratam engenharia como um serviço comum; em contratações pelo menor preço frente à qualidade do proje-

to, há soma de aditivos em consequência do mau planejamento, atrasos nas obras e até inviabilização de empreendimentos. E as ações que vemos para mitigar isso parecem ir justamente em direção contrária. Sinto que a engenharia está passando por grandes desafios.

Quais são as medidas que atingem a atividade da engenharia?

Um exemplo é a “Lei das Estatais” (Lei 13.303/16 – Lei de Responsabilidade das Estatais), que define como as empresas públicas ou de economia mista devem contratar. A lei abre brechas para que a contratação seja pelo menor preço e que ocorra até mesmo sem um projeto completo, ao invés de preconizar uma contratação baseada em qualidade. O novo Projeto de Lei das Licitações (PL 6.814/2017) também é um desafio. Se aprovado como está hoje, vai possibilitar a contratação inadequada do serviço de consultoria, pois viabiliza essa decisão com base apenas no preço, o que coloca o caráter do serviço em dúvida. Outro ponto impactante é o Programa de Avaliação de Conformidade de Projetos de Engenharia e Obras de Infraestrutura do Inmetro. A partir dele, empresas sem registro no Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea) ou no Conselho Regional (Crea), ou até mesmo no Conselho de Arquitetura e Urbanismo

(CAU), podem realizar certificações. E não dá para aceitar uma atestação de capacidade técnica apenas por declaração, sem vínculo com sistemas que regulamentam a profissão. Não se pode confiar na fidelidade de um serviço feito dessa forma.

Como o Sinaenco está se contrapondo a essas medidas?

Estamos buscando o diálogo, dedicados fortemente à questão da certificação, conversando com ministérios, com o Inmetro para mostrar o grande risco que está se colocando ao setor. A proposta ainda sugere que as empresas que fazem a certificação poderão exercer atividades inerentes ao trabalho de gerenciamento ou supervisão de obras. O que pode dar a falsa ilusão de que, a partir da certificação, a supervisão da obra é desnecessária. Isso não é correto. Medidas assim desvalorizam a engenharia nacional. Como, por exemplo, a ideia de abertura do mercado ao profissional estrangeiro. Qual é a necessidade dessa abertura tão drástica e tão imediata, sem reciprocidade alguma? O que sabemos é que cerca de 50 mil engenheiros brasileiros estão desempregados. Nós corremos um sério risco, ao abrimos mão de desenvolvermos e mantermos uma engenharia forte, sadia e em evolução, de ficarmos hipossuficientes.

O que é necessário para impedir os retrocessos no setor?

Precisamos de fato unir as entidades representativas, tanto empresariais como laborais, para trabalhar de forma contínua, incessante, unificando o debate e conscientizando dirigentes, políticos e toda a sociedade da importância que a engenharia tem. Temos que ser firmes no sentido de corrigir essas distorções que não vão sanar problemas, trabalhar muito para reverter esse quadro e recolocar a engenharia nacional como protagonista do desenvolvimento do País. Os governos também devem entender a importância da engenharia, a importância de um bom projeto, de planejamento, isso já é valorização. Quando você realmente valoriza a qualidade, a técnica, as empresas vão procurar os melhores profissionais (para terem competitividade); e os profissionais também vão buscar qualificação maior. O setor evolui, o desenvolvimento acontece.

Entidade vê riscos às empresas e aos profissionais brasileiros em normas como a Lei de Licitações e o Programa de Avaliação de Conformidade de Projetos de Engenharia e Obras de Infraestrutura.

Quais as expectativas do Sinaenco para 2018?

Esperamos que seja um ano de retomada, mas acho que será muito devagar. Porque estamos passando ainda por uma crise severa. Fora isso, as eleições trazem mais um ano de incertezas, pois não sabemos quais serão as mudanças que virão. Além disso, melhorias econômicas e de desenvolvimento não acontecem de uma hora para outra. O Sinaenco terá um ano de muito trabalho e luta com esses processos em andamento, das leis em discussão, da proposta do Inmetro de regulamentação de certificação de projetos e obras. Teremos que trabalhar firmemente para tentar impactar o setor de uma forma positiva.



Divulgação Sinaenco

Carlos Roberto Mingione: trabalhar muito para reverter quadro atual e recolocar engenharia nacional como protagonista do desenvolvimento do País.

Especialistas apontam soluções acessíveis para superar problema que afeta Nordeste brasileiro

Boa agricultura vence a desertificação

Deborah Moreira

O sertão não está condenado à fome. Essa é a conclusão de especialistas que vêm se dedicando a buscar soluções para o problema que aflige as regiões semiáridas e subúmidas secas, notadamente no Nordeste brasileiro. Na IV Reunião Nordestina de Ciência do Solo (IVRNCS), realizada entre 27 e 30 de novembro último, em Teresina (PI), ficou demonstrado que técnicas de agricultura plenamente conhecidas e não mais onerosas que o padrão podem garantir a recuperação do solo e a produção em locais atingidos pela desertificação.

Um dos exemplos foi dado pelo agrônomo Adeodato Ari Cavalcante Salviano, professor de pós-graduação da Universidade Federal do Piauí, que atua em um dos núcleos de desertificação do País, em Gilbués, Piauí, desde 1997. Em 2003 ele iniciou práticas para recuperação da área. Essas incluíram plantio em nível, aração profunda, terraceamento, seccionamento de sulcos em contorno ou voçorocas (para não deixar a água escorrer) e adubação química (ou mineral). A partir daí, houve o cultivo



Em Gilbués (PI): Milharal em Área Suscetível à Desertificação (ASD). Ao lado, vestígios de queimada no solo deteriorado.

Já na década de 1980 a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) fez um zoneamento agroecológico que identificou 110 variáveis de semiárido. Atualmente a instituição disponibiliza mais de 30 tecnologias para recuperação do solo, o que se dá no período de dez a 20 anos, dependendo do nível de degradação.

Causas

Nas regiões sujeitas ao problema, a desertificação é antecedida pelo desmatamento. Esse, por sua vez, é causado pelo uso predatório dos recursos naturais pelas populações locais, altamente dependentes da caatinga (vegetação predominante). Em geral pratica-se pecuária com pastoreio de animais de grande porte em pequenas propriedades e agricultura de subsistência, sem adubação, sistemas de manejo ou conservação do solo, com derubada da vegetação para aproveitamento da lenha e queimadas.

Segundo definição contida na Convenção Mundial de Luta Contra a Desertificação, do final da década de 1970, as



Marcelino Ribeiro/Embrapa Semiárido

Áreas Suscetíveis à Desertificação (ASDs) compreendem uma extensão de terra que ocupa parte dos estados do Maranhão (mesmo com seu clima tropical), Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia e alguns municípios no norte do Espírito Santo e de Minas Gerais, totalizando cerca de 15% do território brasileiro – uma área de 1.340.000km² e população de 35 milhões de habitantes, segundo o Censo de 2010.

Com base em estudos da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme), cerca de 5% dessas ASDs (70.279km²) já estão muito afetadas pela desertificação, sendo os estados mais comprometidos Bahia, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Os núcleos de desertificação foram catalogados na década de 1970 pelo professor João Vasconcelos Sobrinho, da Universidade Federal Rural de Pernambuco. São eles: Gilbués, extremo sul do Piauí; Irauçuba, no Ceará; Ceridó, no Rio Grande do Norte e Paraíba; Cabroró, em Pernambuco; Cariris Velho, no sudoeste da Chapada da Borborema paraibana; e Sertão do São Francisco, na Bahia.

A ausência da cobertura vegetal nesses locais gera uma perda da biodiversidade do solo composta por micro-organismos como fungos e bactérias. Esse fenômeno, associado a intensos processos erosivos, tem agravado mais as condições nos últimos 30 anos. “Praticamente a vegetação não consegue mais se estabelecer. Os solos estão descobertos e vulneráveis aos ventos na época de secas, o que acelera o processo de erosão. Em períodos de chuvas muito intensas, há erosões hídricas. Com isso, perdem a capacidade de permeabilidade e retenção de água, o que favorece as enxurradas”, afirma o engenheiro agrônomo Júlio César Azevedo Nóbrega, professor da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O Brasil aderiu aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, que preveem ações de combate à desertificação. Em 2015 instituiu-se a Política Nacional de Combate à Desertificação (Lei nº 13.153). Segundo o Ministério do Meio Ambiente, está em andamento projeto denominado Unidade de Recuperação de Áreas Degradadas (Urad) que pretende iniciar um monitoramento via satélite e introduzir técnicas de agricultura simples e eficazes de conservação do solo, como as adotadas em Gilbués. Até agora, as Urads, que preveem ações de baixo custo para recuperação do solo, água e biodiversidade, como pequenas barragens e cordões de pedra para sustentar o solo, existem somente em Canindé do São Francisco e Poço Redondo, regiões de Sergipe.

Saiba mais:

<https://www.embrapa.br/semiárido>

Revitalização do solo exige, necessariamente, recuperação da vegetação. Embrapa disponibiliza mais de 30 técnicas visando a produção agrícola no semiárido.

de milho numa área de 33 hectares. Em 2010 obteve-se colheita de 6.500 quilos de milho por hectare. “Não houve nenhuma técnica fora do usual do que a agronomia recomenda em qualquer outra região do País. Quando se criam condições de fazer a recuperação, o custo de produção agrícola é equivalente ao praticado”, testemunha. Salviano, que preside a Fundação Agente, enfatiza ainda que “o solo é tão bom que nem correção precisa, só adubação orgânica. É o melhor que eu já conheci”.